

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Secretaria Legislativa

Assessoria das Comissões

Projeto - Lei Nº 058/2013

Assunto:	RETIFCA DISPOSIÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.209 DE 10 DE
	DEZEMBRO DE 2012 E 1.245 DE 24 DE JUNHO DE 2013 E DÁ
	OUTRAS PROVIDÊNCIAS
Autor:	PODER EXECUTIVO

Data: 12/08/2013



OFÍCIO N°. 367/GABINETE/2013

São Miguel do Guaporé, 23 de Julho de 2013.

PREZADO SENHOR;

Ao passo que cumprimentamos, vimos por intermédio deste, encaminhar Mensagem de Lei nº 050/2013 "Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de Dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de Junho de 2013, e dá outras providências". Do Município de São Miguel do Guaporé-RO. Segue anexo.

Sem mais para o momento, desde já elevamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Claudeonir Antônio de Souza SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GABINETE Port.0015/2013

AO SENHOR MARCOS ANTONIO FERREIRA PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAPORE-RO

Way.



MENSAGEM N% GJSEMUG/PMSMG/13

De 18 de julho de 2013.

Referência: retificação das Leis 1209/12 e 1245/13.

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Tem-se constatado que a causa de maioria dos acidentes aéreos com muitas vítimas são atribuídas a falhas humanas operacionais.

O erro é típico da espécie humana, que tem por perfeito o Criador, somente. No presente caso, não há nada que não possa ser corrigido, nem que leve a perdas irreparáveis ou que tire a alguém o bem mais precioso: a vida.

Reconhecer o erro é uma virtude, mesmo que o erro não produza efeitos catastróficos.

Depois de editadas as normas acima mencionadas, de competência do Município, verificou-se que continham erros. A primeira deixou de contemplar a quadra "10", encravada no setor 04; a segunda ficou com "1e" em vez de 12, no item "A – Residencial". O final do item "A" terminava com setor IV, e veio com II.

Por ser matéria de interesse público relevante, solicita-se que seja a proposição anexa deliberada em regime de urgência, com convocação de extraordinária, se necessário.

Contando com vosso acato, na certeza de fazermos o melhor para o povo, antecipamos agradecimentos, subscrevendo-nos a vosso dispor.

Atenciosamente.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 18 dias do mês de julho de 2013.

Pereira dos Santos enildo Pereira Municipal prefeito Municipal PROJETO DE LEI Nºº 58 /SEMUG/PMSMG/13

De 18 de julho de 2013.

Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de junho de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 terá vigência com a seguinte alteração:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de São Miguel do Guaporé autorizado a desmembrar a seguinte área urbana para fins de regularização de parte dosa setores de lotes urbanos conforme a seguir discriminados:"

" "

"Setor 04:"

Quadras: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15, e 16.

Art. 2º O artigo 4º da Lei Municipal nº 1.245 de 24 de junho de 2013 terá vigência com a seguinte alteração:

"Art. 4º A área a que se refere esta Lei ocupa parte da zona urbana da sede do Município de São Miguel do Guaporé será divida nos seguintes setores específicos:"

A – Residencial – representada pela cor verde, no mapa que integra esta Lei, composto pelas quadras 08, 12, parte da quadra 16 ao lado oeste da praça da Bíblia; 21, 25, 29, 37, 41, 46 do setor fiscal I; quadras 08, 09, 13, 14, 18, 19, 23, 24, , 28, 29, 33, 34, 38, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 54 do setor fiscal II; quadras 04, 08 e 12 do setor fiscal III; quadras 01, 02, 04, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15 e 16 do setor fiscal *IV*;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias e incompatíveis.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 18 dias do mês de julho de 2013.

Zenildo Pereira dos Santos

Zenildo Pereiro Municipal

MENSAGEM N%50/SEMUG/PMSMG/13

De 18 de julho de 2013.

Referência: retificação das Leis 1209/12 e 1245/13.

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Tem-se constatado que a causa de maioria dos acidentes aéreos com muitas vítimas são atribuídas a falhas humanas operacionais.

O erro é típico da espécie humana, que tem por perfeito o Criador, somente. No presente caso, não há nada que não possa ser corrigido, nem que leve a perdas irreparáveis ou que tire a alguém o bem mais precioso: a vida.

Reconhecer o erro é uma virtude, mesmo que o erro não produza efeitos catastróficos.

Depois de editadas as normas acima mencionadas, de competência do Município, verificou-se que continham erros. A primeira deixou de contemplar a quadra "10", encravada no setor 04; a segunda ficou com "1e" em vez de 12, no item "A – Residencial". O final do item "A" terminava com setor IV, e veio com II.

Por ser matéria de interesse público relevante, solicita-se que seja a proposição anexa deliberada em regime de urgência, com convocação de extraordinária, se necessário.

Contando com vosso acato, na certeza de fazermos o melhor para o povo, antecipamos agradecimentos, subscrevendo-nos a vosso dispor.

Atenciosamente.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 18 dias do mês de julho de 2013.

Zenildo Pereira dos Santos
Zenildo Pereira Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER LEGISLATIVO ESTADO DE RONDÔNIA

LEI MUNICIPAL 1.209/2012

Em, 10 de dezembro de 2012.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art.1°. Fica o Poder Executivo Municipal de São Miguel do Guaporé autorizado a DESMEMBRAR a seguinte área urbana para fins de regularização de parte dos setores de lotes urbanos conforme a seguir discriminados:

Setor 01:

Quadras: 04, 08, 12, 16, 21, 25, 29, 33, 37, 41 e 45;

Setor 02:

Quadras: 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 16,17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 54;

Setor 03:

Quadras: 04, 08 e 12;

SANCIONADO

Em 11/12/2012

Setor 04:

Quadras: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 13, 14, 15 e 16.

Cornélio Duarte de Carvalho Prefeito Municipal

Art. 2°. A área total a ser desmembrada será de 760.685,03m² e perímetro de 3.584,56 assim composta:

I - 1160 Lotes com área de 475.035,65m²;

II – 01 Equipamento Público com área de 7.036,74m²;

III 21 Wins million ... (1 270 (12 (1 2



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER LEGISLATIVO ESTADO DE RONDÔNIA

Parágrafo Único - Composição Total de 71 Quadras

Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, sendo revogadas quaisquer disposições contrárias e incompatíveis.

Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, 10 de dezembro de 2012.

laire Alves de Atmeida
Presidente de Câmara Municipal
da São Miguel do Guar de Fio

SANCIONADO

Em_1/1/2/1/2012

Cornélio Duarte de Carvalho Prefeito Municipal

54

11 12 12



LEI MUNICIPAL Nº 1,245/2013

Em, 24 de junho de 2013.



"AUTORIZA 0 PODER **EXECUTIVO** MUNICIPAL A DESMEMBRAR, LOTEAR, RECONHECER A POSSE E TITULAR AOS LEGÍTIMOS **POSSUIDORES** ÁREA ESPECIFICADA CONTIDA NO TÍTULO DE PROPRIEDADE Nº 110032002 PELO OUTORGADO DÁ INCRA E **OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte

LEI

Capítulo I

Do Desmembramento, Loteamento e Titulação

- **Art.1°.** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder ao desmembramento, loteamento, reconhecimento de posse e titulação dos lotes aos legítimos possuidores dispensados a licitação, da área a ser especificada, oriunda do título de propriedade nº 110032002, outorgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.
- Art.2°. A área a ser desmembrada, loteada e titulada é a área definida na Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012; e a titulação proceder-se-á conforme disposto na Lei Municipal nº 1.185 de 04 de junho de 2012.
- **Art.3°.** Para os efeitos desta Lei, em relação ao loteamento, adotam-se as seguintes definições:
 - I alinhamento: divisa do lote urbano com o logradouro público;
- II afastamento frontal: distância entre o alinhamento e a edificação;

4/1

Avenida Capitão Silvio. 1446 — fone-fax 0**69 3642 2234



- III afastamento lateral: distância entre a edificação e o limite do lote;
- IV afastamento do fundo: distância entre a edificação e a divisa do fundo do lote;
- V taxa de ocupação: é o índice urbanístico que define a relação entre a área ocupada pela projeção da edificação e a área do terreno onde se situa.

Capítulo II

Da Setorização e Forma de Ocupação

- Art.4°. A área a que se refere esta Lei ocupa parte da zona urbana da sede do Município de São Miguel do Guaporé será divida nos seguintes setores específicos:
- A Residencial representada pela cor verde, no mapa que integra esta Lei, composto pelas quadras 08, 1e, parte da quadra 16 ao lado oeste da Praça da Bíblia; 21, 25, 29, 37, 41, 45 do setor fiscal I; quadras 08, 09, 13, 14, 18, 19, 23, 24, 28, 29, 33, 34, 38, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53 e 54 do setor fiscal II; quadras 04, 08 e 12 do setor fiscal III; quadras 01, 02, 04, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 15 e 16 do setor fiscal II;
- B Comercial representada pela cor amarela do mapa que integra esta Lei, composto pela quadra 04 do setor fiscal I; quadras 01, 06, 11parte leste da 16 a leste da praça da Bíblia e 21 do setor fiscal II; quadras 02, 03, 04, 07, 12, 17, 22, 27, 32 e 42 do setor fiscal II;
- C Misto representado pela cor laranja do mapa que integra esta Lei, composta pelas quadras 26 e 31 do setor fiscal II;
- D Institucional representado pela cor vermelho-escura do mapa que integra esta Lei, ocupado pela Praça da Bíblia, quadra 16 (metade no setor fiscal I e metade no setor fiscal II); pelo INSS, quadra 33 do setor fiscal I; pela E. E. F. M. Princesa Isabel, quadra 37 do setor fiscal II, pela Unidade Mista de Saúde, a quadra 03 do setor fiscal IV;
- E Religioso e educacional representado pela cor vermelha, quadra 36 do setor fiscal II.
- **Art. 5º.** Excetuado o setor institucional, sendo o setor residencial predominantemente destinado a habitação, podendo-se instalar nos demais setores as seguintes atividades de ocupação e uso do solo:



I – hotéis, pensões e hospedarias; II – supermercados;

III – postos de serviços e abastecimento; IV – cinema e teatro;

V – empresa de transporte coletivo; VI – Depósitos e armazéns;

VII – transportadoras VIII – Escritórios em geral;

IX – consultórios ou clínicas médicas; X – lojas, bares e lanchonetes;

XI – oficinas mecânicas; XII – atacadista e varejista;

XIII – livrarias e papelarias; XIV – residências

XV – distribuidoras; XVI – laboratórios e farmácias;

XVII – salões de beleza e cabeleireiro; XVIII – padarias e confeitarias;

XIX – templos religiosos; XX – hospitais.

Parágrafo Único. Fica vedada a implantação de indústria frigorífica, abatedouro e atividades industriais que lancem gases na atmosfera ou fluidos no solo.

Art. 6°. As edificações e uso do solo obedecerão, às normas estabelecidas no Código de Edificações; e quanto à higiene e funcionamento dos estabelecimentos, ao Código de Posturas.

Capítulo III

Dos Loteamentos Existentes

- Art. 7°. O Poder Executivo Municipal fica encarregado de regularizar as alienações de direitos reais sobre lotes encravados em loteamento existente, especialmente, localizados na área a que se refere esta Lei, a Lei 1.185 e a Lei 1.209/12.
- Art. 8°. Os adquirentes de direitos reais de posse sobre imóveis urbanos consignados nesta Lei, edificados ou em edificação, sem pendências financeiras ou alienações podem requerer, perante a Divisão de Receitas, a regularização fundiária, com a outorga do título de domínio, que será apresentado em cartório para registro, independentemente de licitação.

Parágrafo Único. A regularização fundiária de que trata este artigo demanda a prova de inexistência de dívida tributária referente ao imóvel, perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 9°. O Executivo instituirá uma comissão de avaliação técnica do loteamento e dos imóveis, composta de quatro membros, a quem compete inspecionar os terrenos e avaliar a documentação e posse, para instruir a expedição do título de propriedade.



Art. 10. Para a expedição do título definitivo de domínio serão cobradas taxas em percentuais da UPF – Unidade de Padrão Fiscal, a saber:

I – expedição de certidão narrativa: 01;

II - confecção da planta: 01;

III - confecção do memorial descritivo: 01;

IV – expedição de laudo de vistoria: 0,25;

V - cadastramento: 0,25;

VI – expedição do título definitivo: 0,50;

VII – alienação dos lotes:

a) Setor comercial e misto: 0,008 por metro quadrado;

b) Setor residencial: 0,006 por metro quadrado.

Årt. 11. A base de cálculo do ITBI é o valor venal constante da planta de valores estabelecida em Lei, para as respectivas zonas fiscais, ficando desobrigados de recolhê-lo, aqueles que comprovarem já o terem recolhido por ocasião da regularização cadastral.

Art.12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias e incompatíveis.

Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, 24 de junho de 2013.

Marco Antônio Ferreira Presidente Câmara Municipal S.M.G

PUBLICADO NO MERAL.
DA PREFEITURA
Em: 27.06.50.72

SANCIONADO

Zenildo Rereva dos Santos Prefeito Municipal



Ofício $n^{\circ}.085/CMSMG/2013$ Em,05 de agosto de 2013.

Senhor Prefeito:

Ao cumprimentá-lo, servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência o mapa para instruir o projeto sobre mensagem n°058, que "Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de junho de 2013 e dá outras providências".

Sem mais, na oportunidade elevamos nossas consideração.

Atenciosamente

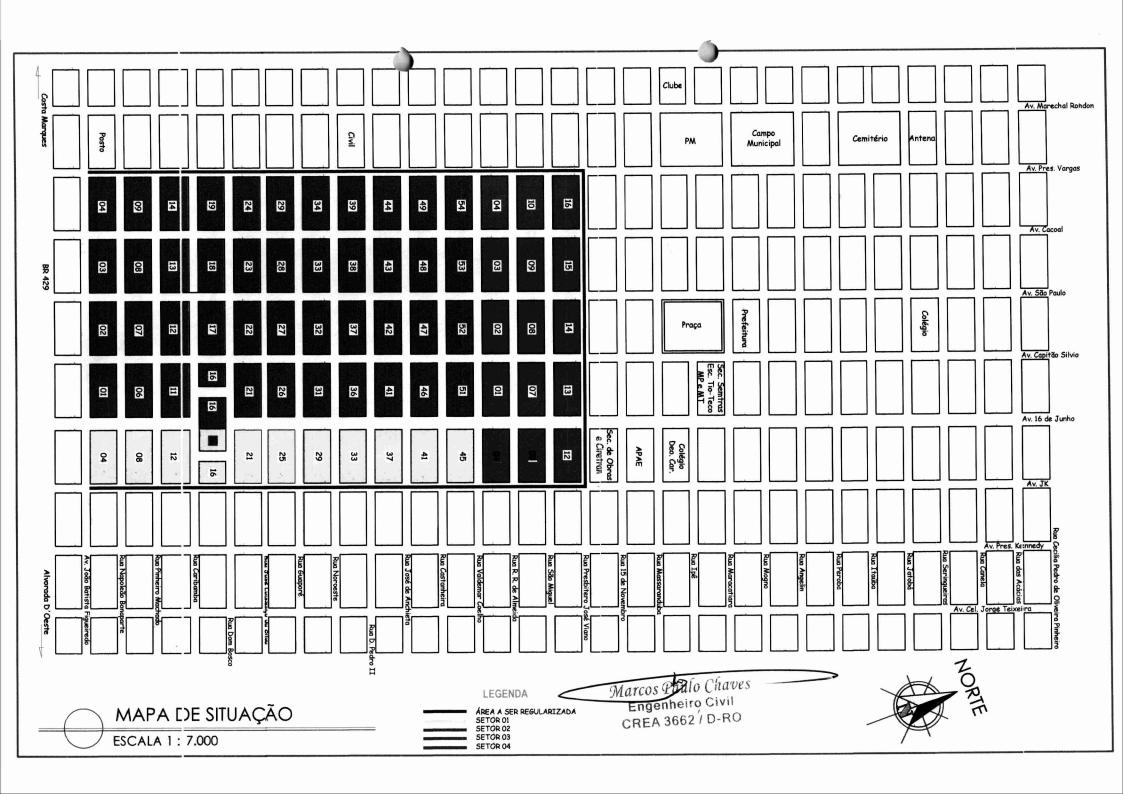
Presidente/CMSMG

Ao Exm° Senhor

ZENILDO PEREIRA DOS SANTOS

MD. Prefeito Municipal

Nesta.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ PODER LEGISLATIVO ESTADO DE RONÔNIA

PARECER JURÍDICO

Em análise ao projeto/mensagem sob o n.º 058/2013 que "Retifica disposição das Leis Municipais 1209 e 1245....", temos a dizer o seguinte:

O projeto trata de adequar as leis modificadas posto que as mesmas contém erros de redação que inviabilizam a compreenção e omissão de quadras que devem compor a área urbana do município.

Conforme análise curial, se verifica que o projeto está adequado a mesnagem, ou seja, não acrescenta nenhuma novidade, apenas retifica erros ali contidos e que não passaram pelo Registro de Imóveis.

Assim, considerando a simplicidade do pleito e sua adequação aos princípios legais, não vemos óbice a que o referido projeto suba ao Plenário para apreciação e análise.

À superior consideração.

São Miguel do Guaporé, 09 de agosto de 2013.

Neide Skaledki Gonçalves Assessora Jurídica – OAB-RO 283-B



Ofício nº 076/2013

Em, 12 de agosto de 2013.

Sr.	Presidente:	

O Departamento Legislativo da Câmara Municipal, vem por meio do presente encaminhar a Vossa Excelência o projeto de Lei abaixo relacionado, para a devida apreciação e emissão do parecer:

I - Projeto de Lei nº 058/2013, "Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de junho de 2013 e dá Outras Providências".

Sem mais, elevamos nossas considerações.

Atenciosamente

Serli Lopes Diretora Legislativa

Ao Sr. Vereador Antonio Correia Presidente Da Comissão Permanente de Justiça e Redação Nesta.



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 058/2013, "Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de junho de 2013 e dá Outras Providências".

A Comissão Permanente de justiça e redação, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar *Parecer Favorável*.

É o Parecer.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.

Presidente - Antonio Correia

Relator + **João de Paul**a

Membro – Celma Mesabarba



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº 058/2013, "Retifica disposição da Lei Municipal nº 1.209 de 10 de dezembro de 2012 e 1.245 de 24 de junho de 2013 e dá Outras Providências".

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado resolve exarar *Parecer Favorável*.

É o Parecer.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2013.

Presidente – Adilson dos Santos

Relator – Sebastião Carneiro

Membro – Darcy Tomaz